

LEITURA DINÂMICA

Diante dos escassos resultados obtidos até agora no combate à inflação, a equipe econômica do governo começa a emitir os primeiros sinais de que algo pode mudar nos próximos meses, mas ainda há muitas dúvidas sobre os caminhos a seguir. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, co-

meça a financiar o ágio cobrado na transferência de imóveis comprados por meio do Sistema Financeiro Habitacional. E o anteprojeto de lei com as normas para a privatização do setor elétrico já está pronto, estabelecendo, entre outras coisas, que as concessionárias terão 30 anos para

explorar os serviços. Na página seguinte, os avanços do setor de informática podem ajudar o setor têxtil e de confecções a ganhar mais competitividade em relação às indústrias estrangeiras. Veja também como o calor do verão está afetando os microcomputadores.

A política econômica, numa encruzilhada.

FÁBIO PAHIM JR. E
DENISE CAMPOS TOLEDO

Os juros altos — mais para as empresas, que ao tomar empréstimos pagam embutida nas taxas uma formidável soma de impostos (IR, Finsocial, IOF), do que para os aplicadores — não foram suficientes para derrubar a inflação. De junho do ano passado até dezembro, ou seja, desde o início da política monetária apertada, a taxa inflacionária saltou de cerca de 10% para quase 20% ao mês. A partir dessa constatação, uma questão domina o cenário econômico: é provável uma mudança na política econômica, seis meses depois? A coesão do governo parece um pouco menor.

Interlocutores deste fim de semana do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, relatam que não há pistas na direção da mudança. Ao contrário, Eris, o principal artífice da política de aperto, reafirmou a disposição de prosseguir com a estratégia adotada até agora. Afinal, argumenta alta fonte bancária, para os aplicadores, os juros nem estão tão elevados assim — se a inflação está entre 19 e 20%, e os juros líquidos, descontados os impostos, são da ordem de 21%, sobra um ganho real de aproximadamente 1,5%, o que não seria nenhuma exorbitância nesta fase. Bem ao contrário do que acontece com as empresas, que sujeitas a juros superiores a 25% ao mês, acabam pagando, no mínimo, juros reais de 5% ao mês — ou seja, nada menos do que 80% reais ao ano, percentual raramente conseguido com a atividade produtiva.

**Zélia admite:
os juros pressionam
a inflação**

A lógica da política econômica, porém, está em questão. A ministra Zélia Cardoso de Melo admitiu, sexta-feira, pela primeira vez, a um empresário paulista, que os juros pressionam a inflação. É o pedido de demissão do secretário nacional da Fazenda, Geraldo Gardinali, imediatamente substituído por um assessor direto de Zélia, Luís Fernando Wellisch, ajuda a desvendar uma discussão que existe dentro do próprio governo sobre o caminho mais apropriado a ser seguido.

Na concepção neoclássica, uma política de juros altos obriga as empresas a se desfazerem de seus estoques e, na falta de compradores para os bens que produzem, entregá-los a preços mais baixos para o comércio e depois para os consumidores finais. As empresas mais fortes seriam combatidas com a abertura do mercado: se elas preferissem produzir menos e cobrar mais caro, a chegada de importações maciças se encarregaria

de quebrar ou expulsar do mercado esses empresários que combatem a política econômica, relutando em vender mais barato e em quantidade maior, quer dizer, competindo, e assim favorecendo e estimulando a diminuição da inflação.

No Brasil, porém, as coisas nem sempre funcionam como prevêem os manuais: 1) os setores com grande poder sobre os mercados em que atuam — casos da indústria automobilística, remédios, química e petroquímica, entre inúmeros outros, estão conseguindo até agora manter seus preços mesmo numa fase de demanda fraca (em alguns casos chegam a produzir menos do que o necessário para suprir os mercados) e a falta de oferta dos bens facilita a cobrança de preços elevados; 2) isto se deve à falta de possibilidade de rapidamente introduzir a competição no mercado, via importações; importar maciçamente é simplesmente impossível, porque o Brasil não tem reservas cambiais suficientes e o pior seria precipitar-se numa crise cambial (se a inflação aleija, a crise cambial mata, disse há anos o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen); 3) nesse contexto, a política de liberdade de preços não funcionou como se previa — faltou, exatamente, a introdução da concorrência, sem a qual alguns

preços podem, simplesmente, disparar, mesmo que a procura por eles seja relativamente fraca (e nem isso ocorre de maneira uniforme, como se viu no mês de dezembro quando as vendas foram superiores ao previsto).

**Sem coordenação
da equipe, falta política
governamental**

O próprio governo não age de forma coordenada. A falta de arroz produziu uma explosão de preços em 90, e as importações não vieram. A CFP (Comissão de Financiamento da Produção) desovou seus estoques e fez caixa, mas alguns pontos já haviam sido adicionados à inflação, por falta de uma política governamental.

No interior do governo, a liberação total dos preços — antes de alguns recuos de fim de ano — foi acelerada pelo secretário executivo do Ministério da Economia, João Maia, um dos defensores da política de aperto monetário. Jogam no mesmo time o diretor de Política Monetária, Luís Eduardo de Assis, e Luiz Fernando Wellisch, íntimo do presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira. O próprio Teixeira, porém, evita comprometer-se. Afinal, dentro da equipe, fica praticamente sozinho o secretário nacional da Economia, Antonio Kandir, que já estaria convencido das di-



Wellisch: aliado de João Maia.



Zélia já admite peso do juro na inflação

fículdades da estratégia — no melhor dos cenários, uma longa recessão acabaria por produzir quedas de preços, após fortes estragos sobre a produção e o emprego e o desaparecimento de um número muito mais elevado de empresas. Em entrevista neste fim de semana, Kandir criticou a liberação de preços em setores oligopolizados e sugeriu que é preciso uma saída política para combater a inflação — em caso contrário, o governo terá que prosseguir com a estratégia atual, e pronto.

Ou seja, as alternativas limitam-se a duas: 1) aprofundar a política atual, com as consequências previstas; ou 2) retomar o controle de preços e de salários. “É possível — argumenta um defensor do segundo caminho — que se levem cinco anos para que haja competitividade, ao contrário do que aconteceria num país desenvolvido, capaz de valorizar a moeda (e, portanto, manter baixa a taxa cambial) e estimular as importações”.

Para fortalecer esse raciocínio, as novas eleições empurram o governo para um acordo político — e o Planalto abre os braços para Luiz Antônio Fleury (SP), Antônio Carlos Magalhães (Bahia), Hélio Garcia (Minas) e Joaquim Francisco (Pernambuco). Os Estados estão enfraquecidos e precisam compor-se, e a moeda de troca do gover-

no federal é uma redução da política de aperto — ou seja, dinheiro que irrigue bancos estaduais em situação cada vez mais difícil e acene com uma recessão mais branda. As declarações de Fleury apontam exatamente nessa direção.

Para completar o quadro, Zélia intensifica seus contatos com empresários — nos últimos dias, voltou a debater a questão dos juros, o que sequer admitia. “Mas qual é a garantia de que uma redução dos juros levaria a uma queda da inflação?” — indagou a ministra preocupada com os preços e com o baixo nível de investimentos. (Preocupação que deriva de uma questão maior: a dúvida quanto ao acerto da política econômica e à possibilidade de o programa ser malsucedido).

Afinal, a inflação rondando os 20% ao mês destruiu a programação monetária — o que já foi admitido até pelo BC. É essa avaliação de que os resultados só poderiam ser obtidos a longo prazo, um tempo exagerado para um governo prestes a ser pressionado politicamente, já levou analistas de fora do governo (mas que já estiveram lá), a preverem que ainda neste trimestre uma reviravolta na política econômica torna-se o cenário mais provável.

O ex-ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto,

não tem dúvidas. Para ele, “já está na hora de passar uma borraça e começar tudo de novo”. Medidas cosméticas, como disse o economista, não vão resolver o problema. Mesmo que a atual política econômica acabasse derrubando a inflação, o País não teria condições de voltar a crescer. E essa é a sua grande preocupação. Dois pontos básicos da nova etapa: garantir superávits através de cortes nas despesas e não de aumento na receita; e uma solução para o problema da dívida externa. A política monetária pode ser preservada, como mecanismo de controle, sem que isso implique manutenção dos juros no atual patamar: “Para afogar alguém não é preciso ter cinco metros de água. Bastam dois”.

**A equipe precisa
entender que ninguém é
dono da verdade**

Já o ex-ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, entende que a ministra e o presidente Collor devem conversar com pessoas que estão fora do governo para poderem reformular sua posição em relação à política econômica, pois precisam entender que o plano não deu certo e que “ninguém é dono da verdade”.

Ainda não há indícios concretos de que o governo estaria realmente disposto a alterar a rota do programa econômico. A própria ministra afirmou, na semana passada, que se a guerra no Golfo provocasse uma subida muito forte nos preços do petróleo, criando dificuldades adicionais para a economia brasileira, algumas medidas poderiam ser tomadas, mas “medidas temporárias”, como a elevação das taxas de importação. Aparentemente, contudo, o governo demonstra disposição de ouvir mais.

Teófilo Orth, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib), ficou animado com a iniciativa. Para ele, “o governo está querendo conhecer a realidade econômica do País”. A ministra quer que até o final desta semana os empresários apresentem sugestões relativas a medidas que poderiam ser adotadas para estimular os investimentos. Entre as sugestões já expostas nas reuniões está a redução dos juros, dos impostos sobre investimentos, financiamento às exportações e utilização dos cruzados novos. Mas os empresários não iludem a ministra: qualquer programa de desenvolvimento industrial cairá no vazio se não houver mercado interno e externo. “Não adianta melhorar a qualidade do produto se não temos para quem vender”, disse Orth.